

HISTÓRIA INDÍGENA E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Cláudio Scarparo Silva

Aluno de Graduação da FACIP/UFU

scarparoclaudio@hist.pontal.ufu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá discorrer sobre a região do Pontal do Triângulo Mineiro, a história indígena, o Patrimônio Arqueológico do Pontal do Triângulo Mineiro, suas descobertas, a participação do Poder Público e seu conhecimento perante a comunidade. O seu aproveitamento no campo didático e as medidas de proteção adotadas para esse patrimônio e seu destino. Esperamos, nesse trabalho, contribuir para uma discussão e formulação de projetos para serem trabalhados com a história indígena e o Patrimônio Arqueológico da região do Pontal e outras, que possuem o mesmo problema.

AS INVASÕES

As primeiras incursões e invasões de entradas e bandeirantes se deram, na região, a partir do século XVIII por meio de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, que saindo de São Paulo, no ano de 1722 passou pelo Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro. Essa bandeira era composta por 152 pessoas, entre as quais 3 frades, 20 índios e um mascate francês. Em sua longa trajetória, atravessou o Triângulo e Pontal, de sul a norte, guiados pelo “aguilhão”, a bússola da época e roteiros de antigas bandeiras, das quais não ficaram registros. Atingiu as barrancas do Rio Grande, ao sul de Uberaba, descendo pelo Rio do Carmo, em cuja foz, se formou mais tarde o Porto do Anhanguera, na margem paulista. Atravessando aquele caudal em pirogas e embaúbas, atingiram a Ilha da Espinha ou Porta da Espinha, no meio do Rio Grande. Dali galgou a margem oposta e pelos córregos de Espinha, Baixa, Toldas Vau do Caiapó, local da travessia do Rio Uberaba Falso, atingiu o ocidente da atual Uberaba, rumo a Lanhoso. Atravessaram o Rio Uberaba Legítimo (Uberabinha), no vau do Roncador, em direção ao Rio das Velhas Pequeno (atual Rio Araguari), local da atual cidade de Indianópolis. Tomaram o rumo de Rio das Pedras (atual Cascelho Rico) e, abaixo da foz do Rio das Perdizes

atravessaram o Paranaíba, no Porto que ficou conhecido como Porto Velho da Mão de Pau. Em território goiano atingiram o local da atual fronteira mineira. Retrocedendo em busca do espigão divisor de águas, cortaram o Estado em diagonal de nordeste a sudoeste, num belo Araxá, chamado de Zona de Matogrosso, balizados pela Serra Dourada, atingindo, enfim, onde foi fundada a velha capital de Vila Boa de Goiás, nome derivado de Bueno, o invasor.

Os índios, que foram designados de Caiapós, verdadeiros donos das terras, vendo que estavam sendo invadidos, trataram logo de se protegerem e combateram com coragem o invasor branco, que levava vantagem de suas armas com explosivos.

As entradas e bandeiras descobriram ouro no norte de Minas e sertão de Goiás, atraindo a vinda de mais invasores, que eram combatidos pelos Caiapós. O governo paulista, então, contratou o senhor Urbano Couto de Meneses para construir uma estrada, que foi aberta a foices e a machado, ligando o Rio Paranaíba ao Rio Grande, atravessando o Rio das Velhas até chegar ao Arraial de Santana, futura Vila Boa de Goiás. Na abertura dessa estrada intensas guerras ocorreram com a prática de verdadeiras chacinas contra os habitantes da região. Os índios Caiapós lutavam para tentar impedir a invasão desses homens facínoras.

Para combater os Caiapós, o homicida e genocida, Dom Luiz de Mascarenhas, governador da Capitania de São Paulo, o Conde de Sarzedas, estando em Vila Boa de Goiás, realizando um governo itinerante, contratou um outro homicida e assassino de Mato Grosso cuja alcunha era Coronel Pires de Campos, acompanhado de seu comparsa e também assassino João Godoy Pinto da Silveira, para o extermínio, por todos os meios, dos índios. Esse acordo foi o primeiro ato de genocídio feito no Pontal do Triângulo, sendo dado ao Coronel Pires de Campos a importância de uma arroba de ouro, tirado do povo e o cargo vitalício de escrivão de Vila Boa.

Nesse genocídio Coronel Pires de Campos contou com a ajuda de índios Bororós, inimigos dos Caiapós, que foram iludidos pelos facínoras, esperando levar alguma vantagem.

Com a vitória de Pires de Campos, ajudado pelos Bororós, dizimando várias tribos indígenas, o caminho ficou livre para a instalação de 18 aldeias e postos militares, que foram criados às margens da estrada, as quais foram entregues aos Bororós, entre o Rio Grande e Paranaíba. Os Bororós foram enganados e não receberam títulos de suas terras nem carta de sesmeiros e, posteriormente, foram expulsos das terras.

Com a doação de sesmarias para os afetos dos coronéis e amigos da coroa portuguesa, a região foi sendo povoada por homens brancos, que promoviam a retirada dos restantes grupos indígenas organizados da região.

Em 1807, uma bandeira saiu do Desemboque e invadiu os sertões do Pontal do Triângulo Mineiro até às margens do Rio Grande. Nessa bandeira constam os nomes de Januário Luis da Silva, José Gonçalves Heleno, Manuel Francisco e Manuel Bernardes Ferreira. O termo “Sertão da Farinha Podre” teria surgido nessa bandeira. Eles colocavam sacos de farinha no caminho para comê-los na volta. Quando voltavam encontravam-nos apodrecidos.

Os resultados dessa bandeira foram comunicados ao Capitão do Desemboque Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, que fez chegar ao conhecimento de seu irmão o Tenente-Coronel José Manuel da Silva e Oliveira, a quem estava submetida civil e eclesiasticamente a região.

Já nomeado para o cargo de Oficial de Regente dos Índios e Comandante desses sertões, o Coronel Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira empreende em julho de 1810, empreende outra entrada pelos sertões do Pontal do Triângulo, invadindo o mesmo, juntamente com trinta homens. Nessa viagem passou ele pelos rincões do Prata e teve o desejo de ali fundar uma freguesia. Causa essa que o levou a obter do Governo de Goiás uma Sesmaria. Com a posse dessa sesmaria Antônio Eustáquio doou uma gleba de terras para a formação do patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, atual cidade do Prata. A autorização para a construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi concedida pelo Despacho de 13 de fevereiro de 1811.

Em 1810, o Capitão Eustáquio organizou uma nova bandeira, da qual fez parte seu parente, o vigário do Desemboque Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bronswick. Depois dessa bandeira o Capitão Eustáquio criou nova freguesia, mais perto da estrada que vai para São Paulo. Através de seus esforços foi criada a freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba.

Em 1819, o já então Major Eustáquio realizou sua terceira e última bandeira. Estava acompanhado de João Batista de Siqueira (doador do patrimônio de Nossa Senhora Mãe dos Homens, atual Município de Campina Verde) e do capelão Padre Pereira, da capela do Aterrado, na então Freguesia de Jaci, atual Ibiraci. Foram invadindo as terras ao sul do Desemboque, junto ao Rio Grande e chegaram a uma Aldeia de Índios, formada por cerca de 200 moradores, onde se situa hoje o Município de São Francisco de Sales. A

aldeia foi visitada posteriormente por padres da Congregação da Missão, instalada em Campina Verde até a expulsão dos mesmos pelos grandes latifundiários, invasores.

A RESISTÊNCIA CAIAPÓ

A historiografia sobre os índios Caiapós, no sertão da Farinha Podre é pouca, mas servem para afirmar a presença desse grupo indígena na região, que com certeza, lutava por sua sobrevivência e direito pela terra. Essa historiografia remonta da metade do século XVIII. Nesse período, as primeiras invasões ao território indígena começavam acontecer. Esses invasores, chamados de bandeirantes, começaram a emitir documentos (correspondências e ofícios) , que reclamavam dos ataques legítimos dos índios. Segundo pesquisa de Izabel Missagia de Matos, “Esses ataques – que por vezes vitimava alguma autoridade ilustre ou seu parente – fizeram com que os governantes premiassem todo cidadão que combatesse suas aldeias, principalmente quando situadas próximas aos povoados que começavam a surgir em torno de descobertos auríferos mais promissores, como foi o caso de Vila Boa em torno de 1740, como revela o seguinte ofício do Conde de Sarzedas, D. Luiz de Mascarenhas:

Devido aos contínuos ataques dos índios Kayapó nos arredores de Vila Boa, obrigou a convocação de uma junta em 22 de novembro de 1739, onde ficou definido que o único jeito de acabar com esses ataques, era contratar alguém que tivesse experiência no assunto, contrataram Ângelo Preto, vindo de Cuiabá¹

Segundo o ofício, enquanto aguardavam a chegada do cuiabano “Preto” e “prático” em exterminar aldeias, as autoridades locais criariam duas companhias de “soldados do mato” para garantir a segurança das pessoas que viviam nos arredores de Vila Boa”. (MATTOS, 2006, pp. 141,142).

Ainda, segundo pesquisa de Izabel Missagia de Matos, os indígenas combatiam entre si. De acordo com Ataídes, J. M. (2001, p.83), em 1750, consta que os Kayapó exterminaram os indígenas conhecidos como Araxás². Nesse período, começaram a ser armadas bandeiras exclusivamente com o objetivo de exterminar de uma vez os Kayapó. O Conde de Sarzedas, também auxiliou o assassino Coronel Pires de Campos a instalação de aldeamento dos índios Boróros para os auxiliarem na luta contra os Kayapó. Quinhentos índios Boróros foram trazidos para lutarem contra os Kayapós. Os Kayapós do Sul eram os que habitavam o Triângulo Mineiro foram combatidos por todas as forças pelos invasores a mando do Governador da Capitania de São Paulo.

- (1) Reserva Especial nº 3: Livro de Cópias das Cartas e Ofícios a Ministros (e a várias pessoas), Governadores, Capitães-Generais de São Paulo e ao Conde de Sarzadas D. Luiz de Mascarenhas (1735-1751). Documento 14 (manuscrito), Arquivo Histórico Estadual de Goiás. *In: Ataídes, J. M. (2001, p.80).*
- (2) Livro: Correspondência do Rei de Portugal com o Capitão-General da Capitania de Goiás (provisões e contratos – 748 – 753). Carta do Conde dos Arcos de 24/01/1751. *In: Ataídes, J. M. (2001, p.83).*

“Em julho de 1755, os Kayapós atacaram uma fazenda, matando 44 escravos que lavravam e um branco. Em 1805, as notícias sobre ataques dos índios continuaram fortemente presentes nas correspondências oficiais dos governantes¹.

Na década de 1820. por sua vez, seriam os próprios Kayapós utilizados como soldados para combaterem outros grupos indígenas que lhe eram rivais.

Em 1830, no jornal *A Matutina Meyapontense*, do antigo arraial de Meia Ponte, hoje, Pirenópolis – GO, próximo ao Triângulo Mineiro, foi noticiado que o Governo da Província de Goiás havia resolvido “tirar dos índios o maior número possível de crianças, a fim de educa-las”. Isso porque, após mais de cem anos, a resistência dos Kayapós continuava firme. Nesse período, uma índia Kayapó, conhecida como Damiana, ficou famosa por ser responsável pelo aldeamento de grupos então considerados hostis. O então presidente da Província de Goiás, Miguel Lino de Moraes, dirigindo-se à própria Damiana, redigiu um interessante ofício, solicitando seu auxílio para a “pacificação” dos Kayapó:

(...) Assegurai-lhe que todas as minhas tenções, muito recomendadas por S. Majestade, o Imperador do Brasil, se dirigem ao importante fim de os atrair como nossos irmãos, filhos do Brasil, e que servindo somente de lhe despertar o amor do bem, não para perturbar sua liberdade, pois que eles são livres, como tais sempre serão tratados.

Se encontrar neles repugnância em deixarem as suas aldeias para virem viver conosco, não os obrigueis a isso; assegurai-lhes a permissão de poderem vir a essa capital a falar comigo que os tratarei muito bem e lhes darei alguns brindes e ferramentas para os seus trabalhos(...).

Estas instruções que vós deveis estudar antes de partir para o sertão servirão de guia nos bons serviços que espero do vosso zelo pelo interesse desta Província, e dos nossos da nação Kaiapó, a quem muito estimo².

A política do governo imperial tornava-se mais branda com os índios e promovia o seu aldeamento, a fim de transformá-los em súditos e trabalhadores. O tratamento especial a ser dispensado aos Kayapó pelo presidente da província, que os receberia com brindes na sede do governo, certamente repercutiria na memória dos Kayapó, na situação histórica examinada adiante quando podem ser observados a mobilizarem-se na luta pelos seus direitos, percorrendo longas distâncias para serem recebidos na sede do governo provincial em Minas, rumo à Corte.

O amansamento produzido nos aldeamentos imperiais³, no entanto, não foi suficiente para inibir os combates dos Kayapó, cujas notícias podem ser acompanhadas até o século XX. Nas terras que lhes foram doadas na transição do século, no entanto, remanescentes desse povo guerreiro não podem ser mais encontrados”. (MATTOS, 2006, pp. 142, 143)

O litígio pelas terras das aldeias de Santana do Rio das Velhas (atual Indianópolis - MG) e do Rio das Pedras (atual Cascalho Rico - MG)

“Apesar de suas terras encontrarem-se invadidas ao longo de 27 anos, os Kayapó, administrados pelo Diretoria parcial da 9ª circunscrição indígena não abandonaram a certeza de que a tinham por direito, ainda que o juiz municipal se houvesse posicionado favoravelmente aos invasores. A partir de 1874, o brigadeiro Musqueira retomou o litígio, então aventado pelo curador dos índios, que escreveu ao presidente da província uma longa carta, na qual apelava para os direitos dos Kayapó, citando o Decreto 426. Caracterizando o caso como de máxima gravidade, por interessar a centenas de indivíduos – 1030, somente da raça indígena – o ofício fornece visibilidade a alguns dos caminhos através dos quais as demandas relativas à terra indígena, naquela província tão diversificada, necessariamente percorriam.

Os índios requeriam que a posse das terras que lhes foram concedidas por carta régia no ano de 1815, que se encontravam invadidas, lhes fossem devolvidas:

Consultando os papéis antigos, passados pela viúva do brigadeiro Manoel Alves Toledo Ribas ao falecido Tenente Coronel Manoel Joaquim de Lemos (que foram diretores gerais dos índios desta Província) e depois recebida pelo proprietário Brigadeiro

Antônio Luiz de Magalhães Musqueira com o fim de conhecer algumas datas das diversas criações do aldeamento, deparei com os inclusos ofícios documentadoa remetidos pela Excelentíssima presidência desta diretoria em 11 de setembro e 14 de outubro de 1847, para informar sobre eles, sendo ambos do juiz municipal do termo do Patrocínio, datados de 26 de julho e outra de 19 de setembro daquele mesmo ano; o primeiro informando sobre o requerimento dos índios José Antônio Garcia e outros daquelas aldeias que pediram que fossem garantidas suas terras que obtiveram por Carta Régia e que foram no ano de 1815 medidas e demarcadas somente para eles residirem, as quais sempre usufruíram em quanto foram regidos por diretor militar.

Anos depois começaram a ser incomodados por intrusos que, por terem maior número de braços para o trabalho, a cada momento iam sendo desapropriados, como por último João Gonçalves ser ter domínio nas terras em questão pretendeu com o poder da força e do terror desmanchar o primeiro dos suplicantes dizendo-lhes que haviam de afugenta-los como feras bravias.

Citam também a seu favor nesta questão a portaria do governo provincial de 16 de outubro de 1816; o segundo participando que o capitão Joaquim Rodrigues de Rezende Carvalho, proprietário residente no mesmo termo, no distrito de Brejo Alegre, queixou – se que os ditos índios do Rio das Pedras, do mesmo distrito, haviam desmanchado uma sua casa, sita em terras nacionais, que foram demarcadas pra residência dos índios primitivos e de seus descendentes, nas quais o dito Rezende um retiro com várias benfeitorias e que acha-se de posse dessas terras há 27 anos, por sessão, que lhes fizeram os índios primitivos.....

Cumprindo-me agora afirmar a V. Ex^a sobre tais pretensões, em primeiro lugar, rogo a V.Ex^a se digne examinar as informações que prestaram os respectivos curadores, eu que, apresentando diversas razões em favor dos mesmos índios, confirma um deles Antônio Vieira Brabo, ser verdade que desmancharam a casa do queixoso por entenderem que as terras ou são suas ou da nação, e que as divisas destas terras partem do barrando do rio das velhas ao Parnaíba, que há de ter 14 ou 15 léguas de estrada que vem de Goiás a São Paulo com largura de três léguas, e que a morada do queixoso está no centro das ditas terras que não são suas e que seus agregados incomodaram muito aos índios: Finalmente que estes não podiam vende-las e muito menos Rezende compra-las, porque são elas tuteladas e que não podia ele se achar de

posse porque sempre estiveram ocupadas pelos índios, que nelas residem, e por conseguinte não caíram em comisso. (MATTOS, 2006, pp. 144, 145).

Segundo Matos, o processo contra um dos invasores da aldeia Kayapó, chamado Rezende, foi desfavorável aos indígenas pelo juiz municipal da comarca de Bagagem no ano de 1846, dando parecer favorável ao invasor, que reclamava direito das terras, pois morava ali há mais de 27 anos e construía benfeitorias no local. Após nova invasão no local o curador dos índios, apelou para os direitos de seus tutelados, apoiando-se no Decreto de 1845 (2006, p.144).

O brigadeiro Musqueira oficiava ao Presidente da província o seguinte ofício:

À vista do que dispõe o art.º 1º§§3º ultima parte e 15º do decreto nº 126 de 24 de julho de 1845, julgo que a tais índios ou a seus próximos descendentes será de justiça manter-se o direito que tiveram a continuar a usufruir as terras em questão, visto como nem na sessão que Rezende alegou ter obrido dos índios primitivos nem na ação intentada por Dª Maria da Conceição Godoy contra Francisco Martin Machado, descendente destes índios em primeiro grau.....foram ouvidos não só os antigos curadores dos mesmos como também o atual, que isto afirma em dito no ofício de 20 de maio cuja falta me parece não ter sido notificado tal ação.

Esse caso, tão bem documentado na correspondência da Diretoria Geral dos Índios de Ouro Preto, exemplifica o processo de expropriação das terras indígenas no Oitocentos; mais do que isso, porém, confere visibilidade para as reações dos indígenas, mobilizados e cientes dos meios disponíveis para reconquistar seus direitos. O diretor geral dos índios escreveu, em fevereiro de 1884, ao presidente da província, informando sobre a presença de indígenas envolvidos no litígio por terras, referidos acima:

Chegaram a esta Capital os índios Francisco Martins Machado e José Inocência Machado, moradores na aldeia de Rio das Pedras Comarca do Paranahyba, os quais vem pedir a esta Diretoria providências para que lhes sejam garantidos os terrenos a eles pertencentes em aquela comarca.

Por diversas vezes tem chegado reclamações a esta Diretoria pela espoliação que aos referidos índios pretende fazer Dª Maria Cândida da Conceição Godoy, visto ter esta snra chamado a si os referidos terrenos por compra que diz ter feito, e cuja validade é contestada. Em 18 de março de 1881 e 31 de janeiro de 1882 os antecessores de V. Excia oficiaram-me neste sentido e eu dirigindo ao juiz oficial de Bagagem este

informou-me que o Curador dos referidos Índios Cidadão José Thomaz Pimentel Barbosa mudou-se daquele lugar.

Peço portanto a V. Excia se digne pedir ao referido Juiz Municipal a nomeação de novo Curador, promovendo-se a ação em favor desses infelizes oficiando-se também ao Promotor Público. (MATTOS, 2006, pp. 145, 146).

Apesar dos índios confiarem e apelarem para a justiça estabelecida, não foram atendidos nas suas justas reivindicações. O poder dos invasores e a falta da execução das leis fizeram com que os índios fossem espoliados de suas terras legítimas. Como pode ser observado no texto de Matos os índios até hoje não se entregaram e nem aceitaram a invasão de suas terras legítimas e nem justiça foi feita.

HISTÓRIA INDÍGENA

Com a emancipação das cidades do Pontal do Triângulo Mineiro foram escritas, por vários memorialistas locais, suas histórias, começando pelos primeiros habitantes, brancos, que doavam parte de suas imensas terras improdutivas para o Patrimônio dedicado a algum santo de sua devoção. Nesse Patrimônio erigia-se uma capela e começava a formação do Arraial.

A história dos indígenas, verdadeiros donos das terras, foi totalmente apagada.

A construção de histórias locais, com grandes heróis, homens desbravadores e corajosos era uma tendência da época, em que foram escritas, de uma formação da identidade nacional, que procurava esquecer o triste e criminoso passado, onde verdadeiros genocidas, iguais a Hitler e a outros da mesma laia, dizimaram populações inteiras.

Alguns desses memorialistas citavam poucas linhas comentando a presença de índios na Região do Pontal. Edelweiss Teixeira escreve para a Revista ACAIACA publicada no ano de 1953, no Pontal, a seguinte passagem sobre a Aldeia Velha:

“O aborígine Caiapó era o dono da região. A tribo “panariá”, sobre a qual escreveu Alexandre Barbosa, deixou seus vestígios às margens do Rio Prata e Tijuco. Além da “igaçaba” funerárias, aqui e acolá ainda há pouco encontradiças, deixou-se lembrada na toponímia regional 3 nomes, núcleos de antigas tabas.

A “Fazenda do Bugre” no córrego do mesmo nome, afluente do Prata, propriedade hoje pertencente a Belarmino Vilela, m. do Prata.

A “Aldeia Velha”, junto do Rio Douradinho, nas divisas de Prata com Ituiutaba. Ali ficava a sesmaria de D. Maria Angélica, na Aldeia Velha dos Índios.

A “Fazenda da Aldeia”, próximo da Capela de S. Francisco de Sales, beira do Rio Verde, próximo ao Rio Grande. O “Curato da Missão” foi o 1º núcleo de catequização do ameríndio na região triangulina, fundada pelo Pe. Davi Pereira, Lazarista. Essa fazenda desapareceu mais tarde, esmagada sob o rolo compressor da avalanche de forasteiros, ávidos de terras, a despejar os bugres para Goiás e Mato Grosso”¹

Aloísio Silva Novais registra o seguinte:

“Antes de sua colonização, a região era dominada pelos índios **Caiapós**, sendo que os remanescentes destes infelizes silvícolas, somente foram definitivamente afastados, nos princípios do século XIX.”²

(1) TEIXEIRA, Edelweiss. 1953. “Evolução Histórica de Ituiutaba (1810 – 1902)”.
Revista Acaiaca, Ituiutaba, p. 195

(2) NOVAIS, Aloísio Silva. 1974, “História Antiga de Ituiutaba”. Ituiutaba, p. 27

A história indígena do Pontal do Triângulo Mineiro ainda não foi construída. Nas salas de aula não há um aproveitamento sobre a história indígena local. Ainda é desconhecido para os alunos quem eram os verdadeiros donos destas terras. Esperamos que as pesquisas arqueológicas, que embora poucas, contribuam para uma mudança no ensino da história indígena. O Patrimônio Cultural Local ainda não tem aproveitamento bastante na sala de aula. Quando se fala em sítios arqueológicos pensa-se logo nas antigas pirâmides do Egito, enquanto a região é farta de material. Quando se fala em Quilombo, pensa-se logo no de Palmares, sendo que aqui na região houve um importante Quilombo, desconhecido das escolas, que é o do Ambrósio, localizado na cidade de Ibiá – MG.

PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM ITUIUTABA E EM CACHOEIRA DOURADA – MG

No ano de 2009, a Fundação Cultural de Ituiutaba, interessada no conhecimento da arqueologia local, contratou o arqueólogo, Dr. Marcelo Fagundes para um diagnóstico no Município de Ituiutaba. Foram quinze dias de pesquisas, junto ao Rio Tijucu e à Região do São Lourenço, que identificou 38 sítios arqueológicos. A intenção da pesquisa foi um conhecimento maior do patrimônio arqueológico do município e o aumento do ICMS Cultural.

Foram feitas descobertas muito significativas, sendo divulgadas amplamente na mídia impressa local e na mídia televisiva. Atualmente a pesquisa está parada por falta de recursos.

Foi uma pesquisa pioneira, no Pontal, pois foi o primeiro município que contratou um arqueólogo para a identificação dos sítios arqueológicos.

Com a divulgação da pesquisa, pela imprensa local, a Fundação Cultural foi procurada pela empresa ALUPAR, que está requerendo uma licença, junto ao órgão estadual para a construção de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica), no Rio Tijuco, onde estão localizados os sítios identificados na pesquisa. A pesquisa foi uma surpresa para a empresa, pois uma pesquisa feita anteriormente, por eles, para a concessão de licença ambiental só havia detectado dois sítios. A Fundação protocolou o Relatório da pesquisa no Ministério Público Federal e Estadual para que os sítios não sejam destruídos. O arqueólogo, também, já havia entregado o Relatório da pesquisa ao IPHAN.

No ano de 2011, o Município de Cachoeira Dourada – MG, através da Secretária Municipal de Educação e Cultura Doralice dos Santos Feitosa, assinou convênio com a UFVJM (Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri) para uma pesquisa arqueológica no município. Veio para Cachoeira Dourada o arqueólogo Dr. Marcelo Fagundes, já como Diretor do Laboratório de Arqueologia da UFVJM.

Essa pesquisa já encontrou os habitantes da cidade com uma consciência maior a respeito do Patrimônio Arqueológico, em relação à primeira visita de um arqueólogo no ano de 1999. Ao longo desses 12 anos a mídia impressa e televisiva teve um papel importante ao divulgar os trabalhos realizados pelos técnicos no inventário de bens culturais. Muitos sítios descobertos tiveram publicação na mídia. Vários secretários municipais de cultura, já possuíam algum saber sobre patrimônio cultural e arqueológico, devido aos trabalhos do ICMS – Cultural.

Acompanhou o Dr. Marcelo, nessa pesquisa, o Vice – Prefeito, Valterci Storti, que em 1999, na primeira pesquisa, era um dos poucos vereadores, que apoiavam e acompanhavam o arqueólogo. Foi um ganho para a cidade, não só em termos de ICMS, mas em conhecimento. A pesquisa está em andamento e já foram datados alguns materiais em 500 AP e 410 AP, divulgação ainda não oficial. Para este ano de 2012 estão sendo previstos trabalhos de Educação Patrimonial com o tema: “O Patrimônio Arqueológico de Cachoeira Dourada” a ser realizado com os educadores do Município, para que esses sejam capacitados a trabalharem com seus alunos. Com essa capacitação

os professores poderão levar para as escolas um conhecimento correto sobre o Patrimônio Arqueológico da região. Foram coletados materiais arqueológicos, que estão em análise no Laboratório de Arqueologia da UFVJM.

Nessa pesquisa arqueológica foram localizados 18 sítios, sendo a maioria deles encontrada na beira do Rio Paranaíba. Cujas margens foram inundadas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Alguns dos sítios ainda sofrem intervenção da água da barragem.

CONCLUSÃO

Muito se tem por fazer para a salvaguarda do Patrimônio Arqueológico da Região do Pontal. Muitos sítios descobertos e inventariados são danificados pelas máquinas agrícolas, pelas usinas e por várias outras atividades modificadoras do Meio Ambiente. O IPHAN não dispõe de pessoal disponível para uma fiscalização eficaz. São poucos arqueólogos. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais tem dado uma ótima contribuição na proteção do Patrimônio Cultural, mas a questão arqueológica fica fora de sua competência. Os técnicos, que sabem o básico em arqueologia, também, são poucos em Minas Gerais e escassos no Pontal.

BIBLIOGRAFIA

- NUNES, Pe. José. *História Religiosa e Política de São Francisco de Sales – MG – Triângulo Mineiro*. Divinópolis-MG. Editora Sidil
- BORGES, Benedito Antônio Miranda Tiradentes. 1996. *Povoadores do Sertão do Rio da Prata*. Uberaba-MG. Editora Vitória Ltda.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. 1985. *Dicionário da Terra e da Gente de Minas*. Belo Horizonte - MG. Imprensa Oficial
- FAGUNDES, Marcelo. 2011. *Relatório de Pesquisa Arqueológica em Cachoeira Dourada - MG*. Diamantina – MG. UFVJM/LAEP
- FAGUNDES, Marcelo. 2009. *Relatório de Pesquisa Arqueológica em Ituiutaba – MG*. Belo Horizonte - MG. Ambiente
- MATTOS, Izabel Missagia de. 2006. *O litígio dos Kayapó no Sertão da Farinha Podre (1847 – 1880)*. In: Dimensões vol. 18 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – Departamento de História).
- NOVAIS, Aloísio Silva. 1974. *História Antiga de Ituiutaba. 4ª Edição*. Ituiutaba - MG

TEIXEIRA, Edelweiss. 1953. “Evolução Histórica de Ituiutaba (1810 – 1902)”. In: *Revista Acaiaca*. Belo Horizonte - MG. Imprensa Oficial p. 195.

ALVES, Márcia Angelina. 1992. “As Estruturas Arqueológicas do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro”. In: *Revista de Arqueologia e Etnologia – USP*. Nº 2. São Paulo – SP. pp. 27-47.

ALVES, Márcia Angelina. 1990. *Relatório de 2ª Campanha de Escavação do Sítio Resende*. São Paulo – SP. USP/MAE

PONTAL, Jornal Gazeta do. 2006. Nº 49. de 08 a 11 de agosto. P.2.

SCHOLZ, Cley, “Descoberto em Minas Crânio com 4,2 anos”. In: *Jornal O Globo*. 1990. 16 de agosto.

CAMILO, Almerindo. *Jornal o Estado de Minas*. 13 de julho de 1990.